

## A CASA DE PENHORES DA UNIÃO (Fictício)

Imaginem que a União resolveu abrir uma casa de penhores em Brasília. Nada muito ostensivo, claro — fachada discreta, letreiro em bronze polido: **“Agência Nacional de Renegociação da Esperança – Atendimento a Estados em Situação de Endividamento Crônico”**.

Lá dentro, ar-condicionado gelado, carpete gasto pelos sapatos de governadores sucessivos, todos com a mesma pasta de couro na mão e a mesma olheira de quem aprendeu, cedo demais, que a matemática das contas públicas é uma espécie de teologia negativa: a gente só sabe o que não pode fazer.

Na sala de espera, sentam-se lado a lado: o governador do Estado do Café, a governadora do Estado das Águas, o vice-do-Estado-da-Mina-que-nunca-acaba, todos com suas fichas numeradas. No painel eletrônico, não aparece “Guichê 1” ou “Guichê 2”. Só uma palavra: **“PRÓXIMO”**. Porque, na verdade, é sempre a mesma conversa — muda o rosto, o sotaque, o brasão na lapela, mas o enredo é idêntico.

Quando o número acende, o governador do Estado do Café entra, ajeita a gravata e sorri para a funcionária da União, uma senhora elegante, cabelo preso num coque impecável, óculos na ponta do nariz. Chamemo-la, com a reverência apropriada, de **Dona União**.

— Pois não, Excelência — diz Dona União, sem levantar muito os olhos. — Veio renegociar?

Ele pigarreia, num misto de vergonha e hábito:

— Sim, mais uma vez. A dívida... cresceu. Os juros... o fluxo de caixa... sabe como é...

Dona União sabe. Sabe desde 1988, sabe desde o Império, sabe desde que alguém decidiu que seria uma boa ideia ter Estados, Municípios e uma coisa chamada “pacto federativo” onde todos juram autonomia, mas terminam o mês esperando o depósito da cota do FPE como quem espera o salário cair na conta.

Ela abre a pasta dele, confere as planilhas, faz umas contas rápidas numa calculadora que, de tão usada, já deve ter conhecido Collor, FHC, Lula, Dilma, Temer e companhia.

— Então vamos ao ponto — diz. — O senhor quer abatimento, alongamento de prazo, redução de juros... Em troca de quê?

É nesse momento que começa o desfile dos **ativos**.

O governador sorri outra vez, desta vez com a teatralidade de um vendedor de feira:

— Trouxe o que temos de melhor, minha senhora. Primeiro, algumas **empresas estatais**. Olha que beleza: companhia de saneamento, distribuidora de energia, uma empresa de transporte metropolitano que vive no vermelho, mas tem um nome bonito.

Ele tira das pastas miniaturas simbólicas: um trenzinho enferrujado, uma torneira pingando, um poste de luz tremelicando.

— Estão meio... como posso dizer... depreciadas — admite. — Mas têm potencial. Privatiza aqui, reestrutura ali, faz uma PPP acolá... A senhora sabe como esse pessoal do mercado gosta de uma estatal cansada: veem logo chance de “geração de valor”.

Dona União anota: “Empresas estatais – possibilidade de federalização, posterior privatização, uso para amortização de dívida”. Não é novidade. Já viu isso em outros anos, outros planos, outros nomes.

— O que mais? — pergunta, com a calma de quem já sabe que sempre há mais.

— Temos **imóveis, muitos imóveis** — continua o governador. — Prédios antigos que já abrigaram secretarias que ninguém lembra exatamente para quê serviam, terrenos baldios em área nobre, edifícios modernistas sem manutenção, hospitais inacabados com placa de “Inauguração em Breve” desde 2009. Tudo isso pode ser transferido, incorporado ao patrimônio da União, leiloado, transformado em campus, museu, quartel, sede de autarquia — ou simplesmente ficar fechado por mais vinte anos. A escolha é da senhora, claro.

Ele espalha sobre a mesa aquelas plantas amareladas de arquitetura, fotos impressas de terrenos cheios de mato, perspectivas 3D feitas para campanha eleitoral.

— E as matrículas dos imóveis? — pergunta Dona União, com olhar clínico de notária experiente.

— Ah, as matrículas... — o governador suspira. — Algumas estão em nome do Estado, outras em nome de uma autarquia extinta, outras ninguém sabe ao certo. Mas o pessoal do cartório dá um jeito. Sempre dão.

Ela não se espanta. Já viu pior.

— Temos também — emenda o governador, animando-se — **direitos sobre concessões**. Trechos de rodovias sob pedágio, terminais portuários, um aeroporto regional que só recebe voo quando o time da capital vai jogar fora de casa. Tudo isso

pode ser repassado: a senhora assume a batata quente, negocia com o concessionário, revisa contrato, estica prazo, mexe na tarifa. Em troca, abate um pedaço da nossa dívida. É um excelente negócio... para o nosso próximo mandato, sobretudo.

Nos olhos de Dona União passa um breve reflexo de ironia. Concessões são essas criaturas ambíguas: quando dão lucro, são celebradas como prova de boa gestão; quando dão prejuízo, viram “passivo herdado”.

— E royalties? — pergunta ela, mudando de assunto.

O governador abre um sorriso largo:

— Ah, isso também temos. **Royalties** de petróleo, de gás, participações especiais. Uma parte do que receberíamos nos próximos anos pode ser cedida à União. Quer dizer: o que ainda nem entrou no caixa, a senhora já pode considerar seu, para amortizar o que a gente já deve há décadas. É como penhorar o futuro. Uma poesia.

Dona União anota de novo: “Cessão de receitas futuras – cuidado com o teto, com as vinculações, com a regra de ouro, com o STF, com o TCU, com a opinião pública, com o bom senso”. A lista é longa.

— Temos também — ele continua, empolgado com a própria criatividade — **recebíveis de ICMS**. Combustíveis, telecomunicações, energia elétrica. A senhora pode ficar com uma fatia da arrecadação dos próximos anos. Em vez de mandar tudo direto pra nossa conta, desvia uma parte para amortizar a dívida. É quase indolor, como desconto em folha: quando a gente vê, já foi.

O problema, claro, é que, quando a arrecadação cai, a dor aparece, e ninguém lembra que um dia assinou um acordo sorrindo num auditório em Brasília.

Dona União escuta tudo, paciente. Vê passar, como num inventário, pedaços de Estado oferecidos em troca de um alívio temporário. Estatais, imóveis, concessões, royalties, recebíveis, **bens culturais** (“Temos um teatro histórico, tombado, que dá mais despesa que prestígio... A senhora não quer?”), **equipamentos públicos** (“Uns hospitais regionais que não conseguimos manter, talvez a União faça melhor”), até **títulos e participações financeiras** em bancos regionais, fundos, autarquias “que um dia foram promissoras”.

Lá pelas tantas, ela cruza os dedos, como quem ensaia uma pergunta que já conhece a resposta:

— O senhor trouxe, por acaso, alguma coisa chamada **responsabilidade fiscal**? Alguma lembrança de planejamento de longo prazo, algum ativo intangível, como “capacidade de dizer não a subsídios eleitorais” ou “coragem de explicar ao eleitor que imposto baixo demais e gasto alto demais não fecham a conta”?

O governador sorri amarelo:

— Isso... não veio separado, não. Mas posso ver se encontramos na próxima gestão.

Na poltrona ao lado, a **Lei de Responsabilidade Fiscal** observa a cena como uma professora de contabilidade reprovada pelos alunos mais populares da turma: todos a citam no discurso, poucos a levam a sério em casa.

Ela levanta a sobrancelha invisível e comenta consigo mesma:

“Vendem estatais, entregam imóveis, penhoram royalties, cedem ICMS, mas raramente incluem na transação aquele bem mais valioso: a decisão de não transformar o orçamento em ficção seriada.”

Enquanto isso, lá fora, a crônica continua. No jornal da manhã, o cidadão lê que o Estado “reduziu sua dívida com a União” ao repassar ativos. Fala-se em “fortalecimento do pacto federativo”, “otimização do portfólio público”, “racionalização patrimonial”. Palavras bonitas, brilhando como ouro de ocasião em vitrine de shopping.

O cidadão comum, que pega ônibus caro, paga energia mais cara ainda e vê o hospital público funcionar a meio vapor, não sabe exatamente o que significa “repassar ativos”. Talvez imagine que a União, essa entidade abstrata, vá cuidar melhor das coisas. Talvez não imagine nada: tem mais o que fazer, como sobreviver ao fim do mês.

Se ele pudesse assistir à cena em Brasília, veria que, naquela casa de penhores institucional, todos jogam com o mesmo baralho: Estados endividados, União endividada, Municípios pedindo socorro, todos disputando fatias de um orçamento que nunca é suficiente, porque a fantasia de que é possível gastar sem escolher prioridades virou política de Estado — não de um, mas de todos eles.

No fim da negociação, Dona União fecha a pasta do Governador do Estado do Café.

— Então vamos lá — recita, quase como uma missa laica. — Em troca da redução de x pontos percentuais na taxa de juros, alongamento do prazo para mais tantos anos, e carência até o próximo governo, o Estado cede:

1. Participações em tais estatais, com opção de privatização.
2. Um pacote de imóveis urbanos e rurais.
3. Direitos sobre determinadas concessões.
4. Percentual dos royalties futuros de petróleo e gás.
5. Parcela da arrecadação futura de ICMS sobre determinados setores.
6. Eventuais créditos junto a autarquias e empresas públicas federais.

Ela lê como quem lê uma lista de compras. Ele assina como quem vende a casa da família para pagar dívidas feitas em festas de réveillon sucessivas.

— E pronto — diz ela, com um sorriso profissional. — O senhor saiu daqui hoje mais leve.

Ele agradece, aliviado. Realmente sai mais leve: deixou um pedaço do Estado no balcão.

Do lado de fora, o sol de Brasília incide sobre os prédios dos ministérios, aquelas grandes caixas de concreto onde se decide, em linguagem técnica, o destino concreto de escolas, estradas, hospitais e teatros. O governador olha para o céu e pensa que, se tudo der certo, terá algum respiro fiscal até o fim do mandato. Se tudo der errado, o problema será do sucessor — e da população, claro, mas essa já está acostumada.

Na sala de espera, o painel eletrônico pisca de novo: **“PRÓXIMO”**. Entra a governadora do Estado das Águas, trazendo sua própria sacola de ativos: uma companhia de saneamento aos pedaços, um banco estadual que sobrou dos anos 80, alguns parques industriais fantasmas, mais um pacote de royalties por explorar. O roteiro se repete, com pequenas variações regionais, como uma novela longa em que só mudam os atores; o enredo, nunca.

E assim vai se desenhando o grande **inventário do Brasil penhorado**: Estados entregando à União aquilo que construíram, herdaram ou simplesmente deixaram apodrecer; União aceitando, reempacotando, leiloando, gerindo, ora bem, ora mal; e o “pacto federativo” posando para fotos em coletivas de imprensa, enquanto, na vida real, todo mundo sabe que o casamento é de conveniência e o regime de bens é sempre: **se der lucro, é meu; se der prejuízo, a gente renegocia**.

No fim da tarde, quando a casa de penhores fecha, Dona União apaga as luzes do salão e fica alguns segundos sozinha, em silêncio. Sobre a mesa, pilhas de papéis, pactos, aditivos, termos de compromisso. Se pudesse pensar em voz alta, talvez dissesse:

“Não me incomoda que me tragam ativos. O que me espanta é que tão raramente tragam junto um plano de país.”

Mas ela não diz nada, porque instituições não falam: quem fala, quem decide, quem escolhe o que penhorar e o que preservar, são homens e mulheres de carne, ambição e calendário eleitoral.

Lá fora, o povo volta para casa, pega trânsito em rodovias concedidas, paga pedágio com reajuste anual, acende a luz mais cara, reclama do preço do ônibus, do imposto alto, do serviço ruim. Sem saber que, num prédio qualquer de Brasília,

alguns dos pedaços do seu Estado foram trocados, silenciosamente, por algumas linhas a menos na coluna “dívida com a União”.

E a crônica termina com essa imagem um pouco melancólica: um país que vive renegociando o passado com ativos do presente e promessas do futuro, como um pai endividado que vende os móveis da sala para pagar o cartão — e torce para que os filhos não reparem que a casa está cada vez mais vazia.